



## Leia neste número:

- Reforma tributária para custear a Previdência 01
- Em Debate, a Previdência Social 02
- Não aos Altos Juros 02
- Dia Mundial contra o Trabalho Infantil 03
- Acabar com o trabalho infantil é dever de todos 03
- Engenharia e Desenvolvimento Sustentável 04
- Em Defesa dos Trabalhadores no Serviço Público 04
- Anuário do Sistema Público de Emprego 04



## Reforma tributária para custear a Previdência

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** acompanha atentamente a situação econômica do País e as diversas propostas feitas pelo governo do presidente interino Michel Temer. Muitas vão contra o pensamento da central e atingem diretamente a classe trabalhadora e seus direitos adquiridos, o que não podemos aceitar como solução.

A mudança no sistema previdenciário e tributário, por exemplo, nos moldes como o Governo vem anunciando, será um desastre para os trabalhadores, principalmente porque penaliza os mais pobres, as mulheres e os que começam a trabalhar mais cedo. A UGT é contra a proposta da idade mínima, e também não concorda com mudanças que atinjam aqueles que já estão no sistema.

Pelos números disponíveis, é inegável que a Previdência acumula déficits, comprometendo o futuro daqueles que vão se aposentar. Culpa disto não é do trabalhador. O sistema de financiamento é que está mal desenhado e distorcido. Sai do bolso dos trabalhadores com carteira assinada no setor privado da economia a maior parte do custeio de um sistema que mistura previdência e assistência social no mesmo Regime Geral, válido para distribuir os benefícios, mas não para definir quem paga a conta por eles.

A seguridade social é um mecanismo fundamental para nossa sociedade, já que abriga quem não teve a oportunidade de contribuir normalmente como o caso dos trabalhadores rurais não assalariados, os pescadores e tantos outros que com seu trabalho contribuíram para o crescimento do País. Questão é definir com clareza de onde sairão os recursos para pagar aquilo a que cada um tem direito adquirido.

O sistema tributário brasileiro é regressivo, em relação à renda individual. Ele é voraz e penaliza o salário do trabalhador. Os que ganham menos pagam relativamente mais tributos do que os que ganham mais. Assim não podemos apoiar a criação de mais impostos que venham a estrangular o poder aquisitivo da população, o que afeta, diretamente, a economia brasileira, aumenta o grave problema da má distribuição de renda, entre outros fatores que, como um efeito dominó, serão desencadeados.

Para evitar a penalização de quem já é tão sacrificado, é que a UGT apoia uma reforma tributária, com caráter progressivo, ou seja: quem ganha mais, paga mais, quem tem mais patrimônio, paga mais imposto.

A reforma tributária tem que ter fonte de recursos carimbados e com destino certo, e cobriria o déficit da Previdência. Assim não seriam necessárias mudanças na idade mínima e nem penalizar aqueles que já estão no sistema e nem onerar mais os salários dos trabalhadores e os proventos dos aposentados.

**A mudança no sistema previdenciário e tributário será um desastre para os trabalhadores, principalmente porque penaliza os mais pobres, as mulheres e os que começam a trabalhar mais cedo.**



## Em Debate, a Previdência Social

Representantes da **União Geral dos Trabalhadores – UGT**, CSB, Força Sindical e NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) voltaram a debater a reforma da Previdência Social, nesta segunda-feira (13), junto ao governo federal. A reunião faz parte de uma série de encontros da agenda do Grupo de Trabalho (GT) criado, em maio deste ano, para discutir propostas direcionadas ao equilíbrio financeiro do sistema previdenciário brasileiro. O encontro aconteceu em Brasília.

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** foi representada na reunião por **Miguel Salaberry Filho, Secretário Nacional de Relações Institucionais e Natal Leo, presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas - SINDIAPI**



No encontro as centrais sindicais sugeriram ao governo "corrigir erros do passado", como vender imóveis subutilizados e promover programas de refinanciamento de dívidas para diminuir o passivo. A UGT também propôs aumentar a fiscalização da Previdência, assim como rever desonerações com filantropia.

Durante o debate com a presença dos ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Ronaldo Nogueira (Trabalho e Previdência Social) e Diogo Oliveira (Planejamento, Orçamento e Gestão) e do secretário da Previdência Marcelo Caetano, o governo assumiu os compromissos de vender 3.485 imóveis não operacionais, estimados em R\$ 1,5 bilhão, e elaborar um Refis (plano de refinanciamento) "mais atraente" com o objetivo de facilitar o pagamento dos devedores. A expectativa é conseguir recuperar R\$ 100 bilhões dos cerca de R\$ 400 bilhões das dívidas computadas.

Já com relação às desonerações e fiscalizações, o Poder Executivo propõe diminuir dos R\$ 27 bilhões isentos em 2015 para R\$ 15 bilhões em 2016 e afirmou estar em prática a estratégia de cada fiscal supervisionar a movimentação de R\$ 52 bilhões por ano, o que representa R\$ 46 bilhões a mais comparado ao valor de 2009. A regulamentação de jogos foi outra proposta aceita pelo governo.

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse nesta segunda-feira (13), que o governo vai encaminhar ao Congresso até o final de julho a proposta de reforma da Previdência Social. Padilha participou, no Palácio do Planalto, da segunda rodada de reuniões do governo com representantes de centrais sindicais para tratar do tema.

Na reunião do GT, as centrais também pediram pela volta do Ministério da Previdência Social, o que foi rejeitado pelo governo. Na próxima semana, dia 23/06, o movimento sindical e os representantes do Poder Executivo retornam ao debate sobre a reforma da Previdência para a apresentação oficial da proposta da administração pública.

## Não aos Altos Juros

Em ação unitária de enfrentamento a política de juros altos, há anos, adotada pelo Banco Central com a desculpa de "conter" a inflação, a **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** e demais centrais sindicais realizaram, na manhã desta terça-feira (07), em frente à sede do Banco Central, na Avenida Paulista, em São Paulo, uma grande manifestação já que a data é marcada pelo início da reunião Comitê de Política Monetária (Copom), que decide a taxa Selic, que é taxa básica de juros da economia brasileira.



**Na manifestação, as centrais repudiaram toda e qualquer forma de o governo tentar controlar a inflação por meio do aumento dos juros do país, já que com isso, a população acaba sendo mais prejudicada e quem mais ganha são os banqueiros e as instituições financeiras.**

Segundo **Josimar Andrade, diretor de Relações Sindicais do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo**, entidade filiada a UGT, a taxa básica de juros do Brasil é uma das mais altas do mundo e fator preponderante para a falta de crescimento econômico do país, gerando desemprego e penalizando a classe trabalhadora, que é obrigada a arcar com o peso dessa indigesta conta.

**- 1º DE MAIO -  
PELO  
PROTAGONISMO  
DOS TRABALHADORES  
NA CONSTRUÇÃO DE  
UM PROJETO PARA  
O BRASIL**

UGT defende  
crescimento e  
direitos dos  
trabalhadores

12 de Junho

## Dia Mundial contra o Trabalho Infantil



### Trabalho infantil pode aumentar com flexibilização de leis

As propostas de flexibilização das leis trabalhistas que tramitam no Congresso Nacional não apenas precarizam o trabalho, mas também abrem brechas para o aumento da exploração de crianças e adolescentes na cadeia produtiva, afirmou hoje (10) o **desembargador do Trabalho Mário Sérgio Pinheiro**, gestor regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro.

Ao participar do seminário de lançamento da campanha "**Não ao trabalho infantil nas cadeias produtivas. Apoie essa ideia**", Pinheiro disse que acompanha "com grande preocupação" modificações na legislação trabalhista, como a que reduz a idade para o trabalho como aprendiz. "Pode ser um desmonte da legislação protetiva do trabalho", afirmou o desembargador.

Na opinião do desembargador, apesar dos avanços, os números do trabalho infantil ainda são "um número assustador", disse ele, ao ressaltar que o número é subnotificado. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2014 mostram que 3,3 milhões crianças e jovens, entre 5 e 17 anos de idade, trabalham no Brasil. No Rio de Janeiro, cerca de 92 mil crianças se encontram nessa situação irregular. "**Temos cerca de 1 milhão de crianças de 5 a 13 anos de idade trabalhando**".

"O trabalho infantil, muitas vezes, não está visível para a empresa que terceiriza, 'quarteiriza', e não sabe que tem uma criança que está lá fazendo um trabalho que deveria estar sendo feito dentro da própria empresa", afirmou a **procuradora do trabalho Dulce Martini Torzecki**, que também participou do seminário. "Como a fiscalização é mais difícil nesses casos, precisamos trabalhar com a sociedade para que ela seja a própria fiscalizadora dessas situações irregulares", disse Dulce, ao lembrar que as denúncias podem ser feitas pelo disque100. (Flávia Villela - Repórter da Agência Brasil)

### Acabar com o trabalho infantil nas cadeias produtivas é dever de todos

"Atuando em conjunto, está dentro de nosso alcance tornar o futuro do trabalho um futuro sem trabalho infantil", disse o **Diretor Geral da OIT, Guy Ryder**, em mensagem sobre o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

O risco da ocorrência do trabalho infantil nas cadeias produtivas aumenta não só pela falta de proteção institucional no setor rural e na economia informal; na produção doméstica e na agricultura familiar é comum que as crianças sejam muito vulneráveis porque a renda dos pais é insuficiente ou porque as empresas ou fazendas da família não podem arcar com os custos de contratação de adultos ou jovens para substituir o trabalho infantil. O trabalho pago por peças produzidas resulta em um aumento do risco de que as crianças devam trabalhar para ajudar os pais a cumprir as quotas de produção ou para assegurar a subsistência das famílias quando os pais não ganham um salário mínimo vital.

Embora as cadeias produtivas globais possam oferecer oportunidades para o desenvolvimento inclusivo para as empresas fornecedoras, os trabalhadores e os países onde elas operam precisam de medidas específicas para alcançarem resultados justos.

Além do trabalho infantil nas cadeias produtivas mais conhecidas do mundo, muitas crianças que trabalham também se encontram em cadeias produtivas cuja produção se destina ao mercado local e nacional, e portanto não devem ser ignoradas."



Convenção sobre a idade mínima para admissão



Leia a mensagem de Guy Ryder na íntegra

## Engenharia e Desenvolvimento Sustentável

Presidente da UGT participa do Fórum de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável no Acre

O Fórum de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo Sindicato dos Engenheiros do Acre, entidade filiada a UGT, com apoio da Federação Nacional dos Engenheiros e da UGT-AC, que acontece hoje (14/06) e amanhã (15/06), tem a presença do **presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah**.



Dentre os participantes, estão Maria Altinizia (Presidenta da UGT-AC), Antonio Florentino (Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Piauí), Antonio Ciro (Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Tocantins) e Tião Fonseca (presidente do Sindicato dos Engenheiros do Acre) e dezenas de engenheiros e técnicos da região Norte do País.

Entre os temas discutidos durante o evento, a inovação, desenvolvimento e gestão nas mais diversas áreas ligadas à arquitetura, urbanismo e engenharia dominaram os debates. Segundo os participantes trata-se de um evento muito importante para a categoria em todos os aspectos.

## Em Defesa dos Trabalhadores no Serviço Público

Centrais sindicais mineiras lançam Frente em Defesa dos Trabalhadores no Serviço Público



A Frente será integrada, inicialmente, por **União Geral dos Trabalhadores -MG**, Força Sindical e Nova Central Sindical. A decisão foi anunciada nesta segunda-feira, durante reunião na sede da central ugetista mineira.

O objetivo é defender os servidores públicos, principalmente, dos ataques promovidos pelo PLP 257/2016, em tramitação no Congresso Nacional.

A reunião contou com a presença do presidente da UGT-MG, Paulo Roberto da Silva; dos demais dirigentes ugetistas membros da Operativa; do presidente da Força em Minas, Vandeir Messias, e do diretor de Relações Institucionais da Nova Central, Eduardo Maia. A ideia é convidar outras centrais sindicais a aderirem à Frente, como a CGTB.

De autoria do governo federal, o Projeto de Lei Complementar prorroga o prazo para pagamento de dívidas dos estados com a União, e, em contrapartida, corta direitos do funcionalismo e outros gastos sociais

É opinião unânime da UGT-MG, Força e Nova Central que o projeto, a pretexto de resolver os problemas das dívidas públicas dos estados e municípios, desmonta os serviços públicos em geral, com prejuízos graves para toda a população, especialmente para as camadas mais necessitadas. Na ponta quem sofrerá serão os usuários dos serviços, como os de saúde e educação, por exemplo.

## Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Há vários anos, em convênio com o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o DIEESE vem produzindo o Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, uma publicação que reúne diversos indicadores das mais variadas fontes para mostrar os resultados das ações governamentais que visam manter, colocar, recolocar e incentivar os trabalhadores na atividade produtiva, visando à inclusão social.

Os dados apresentados reúnem grandes temas relacionados a essas políticas: mercado de trabalho; intermediação de mão de obra; seguro-desemprego; qualificação social e profissional; economia solidária, microcrédito e Proger; juventude. Na mais recente edição, de 2015, foram compilados também indicadores da agenda de trabalho decente.



Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos